

O preço da violência

A violência não leva apenas as dores das tragédias individuais para dentro das famílias, ainda que, quando se manifesta no âmbito das relações sociais ou familiares, esse viés da força como instrumento do medo seja o que há de mais perceptível pelo cidadão.

Há outro contencioso da selvageria: estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o Estado do Rio perde por ano 5% do seu PIB com os gastos públicos em segurança, sistema penal e saúde, e com os gastos do setor privado com segurança própria, segurança e prejuízos por furtos, roubos e perdas humanas. Em 2007, a perda foi de R\$ 16,9 bilhões.

O número impressiona, mas é possível que seja resultado de um cálculo conservador. Entidades internacionais como a Organização Mundial de Saúde trabalham com um índice maior – 8% do PIB, ou R\$ 20 bilhões de perdas a cada ano. Transfira-se, ainda que contabilmente, essa verba para setores historicamente dependentes de novas fontes de recursos, como a própria segurança pública, ou outros que complementem uma política social que de fato atenda o cidadão, como educação, transportes e saúde, e se terá uma idéia de o quanto cada cidadão é vítima também da sangria decorrente da violência.

É imensurável o estrago emocional que a violência provoca na vida das famílias por ela diretamente atingida, e disso dão conta as tragédias pessoais que, com preocupante assiduidade, freqüentam o noticiário policial. Do ponto de vista financeiro, é estratosférica a fatura espetada na conta do Estado. Mas há outro aspecto a piorar o quadro: dados da Demografia das Empresas, do IBGE, mostram que o Rio foi a unidade da Federação com a menor criação de empresas entre 2000 e 2006. Entre as causas do baixo desempenho está o medo dos empresários de investir sem a contrapartida da segurança garantida pelo poder público.

Portanto, qualquer que seja o ângulo pelo qual sejam analisadas as implicações da violência, a constatação é de que ela se manifesta sempre como instrumento de desgraça. Por si só, este é um dado que deveria nortear a ação do poder público estadual no sentido de dar à sociedade a segurança que deveria decorrer do recolhimento de uma pesada conta tributária.

Fonte: Jornal O Globo – Coluna Opinião – 12.12.2008